

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****DECISÃO**

Processo Digital nº: **1009808-65.2020.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Civil de Improbidade Administrativa - Violação aos Princípios Administrativos**  
 Requerente: **Justiça Pública**  
 Requerido: **Anderson Custodio Pinto e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de Ação de Responsabilidade Civil por Ato de Improbidade Administrativa movida pelo **Ministério Público do Estado de São Paulo** em face de **Júlio César Alves Ferreira, Nivaldo Sebastião Martins, Anderson Custódio Pinto- ME e Anderson Custódio Pinto.**

Sustenta o requerente, em síntese que, consoante apurado em inquérito civil instaurado (IC nº 14.0714.0001747/2020), nos meses de março a julho de 2020, nas dependências da Progresso e Habitação São Carlos (PROHAB), CNPJ nº 55.428.072/0001-26, nesta cidade, **Júlio César Alves Ferreira e Nivaldo Sebastião Martins**, respectivamente, Diretor-Presidente e Diretor de Obras e Projetos, dessa sociedade de economia mista municipal, praticaram, em concurso de pessoas, atos de improbidade administrativa contra os princípios constitucionais da administração pública no processo administrativo de contratação pública direta nº 126/2020, cujo objeto residia na *“contratação de empresa para serviços de engenharia elétrica para substituição do cabeamento furtado do ginásio poliesportivo José Favoreto, sito à rua Ceará com a rua Bahia no bairro Pacaembu, conforme ofício nº 61/20 da SMEC”*.

Narra o requerente todo o trâmite do processo nº 126/2020 na PROHAB e afirma que os atos administrativos desenvolvidos neste processo de compra sem licitação pública estão em desconformidade com os princípios constitucionais da legalidade e moralidade administrativas. Assevera ausência de delegação expressa do serviço pelo Poder


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,  
 São Carlos-SP - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Executivo, tal como exige a Lei Municipal nº 11.013/1995, bem como a existência de indícios de "orçamento de cobertura" e de direcionamento indevido da contratação pública. Afirma que o procedimento foi totalmente construído para beneficiar a contratada e terceiras pessoas, fraudando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativas.

Ressalta que há outros inquéritos civis na Promotoria de Justiça de São Carlos (IC nº 14.0714.0001606/2020; nº 14.0714.0001647/2020; nº 14.0714.0001648/2020; nº 14.0714.0001673/2020; nº 14.0714.0001439/2020; nº 14.0714.0001736/2020) nos quais são investigadas diversas irregularidades em processos de contratação pública direta, sem licitação, na PROHAB (fls. 473/483), sendo que, no inquérito policial nº 2165571-24.2020.100500, em trâmite na Delegacia Seccional de Polícia de São Carlos, remetido ao Tribunal de Justiça de São Paulo (autos nº 0034621-28.2020.8.26.0000), vários funcionários da PROHAB prestaram depoimentos e confirmaram a existência de um modo de agir, na produção de documentos de conteúdo ideologicamente falso, dentro dos processos de compras públicas sem licitação do órgão, com a prática indevida de atos de ofício, em benefício próprio ou de terceiros.

Afirma ter restado plenamente comprovado, pelo conjunto das provas reunidas no referido inquérito civil, que os requeridos têm agido de modo contrário aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade administrativas, fazendo uso de documentos de conteúdo ideologicamente falso, dentro dos processos de compras públicas sem licitação do órgão, com a prática indevida de atos de ofício, em benefício próprio ou de terceiros.

Requer, liminarmente, o afastamento de Júlio César Alves Ferreira e Nivaldo Sebastião Martins, respectivamente, Diretor-Presidente e Diretor de Obras e Projetos, de seus cargos comissionados e emprego público na sociedade de economia mista municipal, com prejuízo de vencimentos, pois já demonstraram, de forma inequívoca, seu descaso com o patrimônio do município e com os anseios das pessoas de bem.

Instruiu a inicial com documentos (fls. 34/483).

**É o breve relatório. Decido.**

Feita a análise permitida neste início de conhecimento, verifica-se a presença


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,  
 São Carlos-SP - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

dos requisitos autorizadores da concessão da tutela provisória de urgência.

Estabelece o artigo 20, da Lei nº 8.429/92, com destaque ao seu parágrafo único:

*“Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.*

*Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.*

Conforme se observa, pelo dispositivo acima transcrito, a possibilidade de afastamento temporário do agente público da função que exerce traz como condição para o deferimento de tal medida a demonstração da sua necessidade, para evitar prejuízo à instrução processual.

Deve a medida ser aplicada em caso de haver indícios de que o demandado, se continuasse exercendo as suas funções, poderia prejudicar a instrução processual.

Discorrendo sobre o tema, Mauro Roberto Gomes de Mattos aponta que há necessidade de afastamento “[...] quando o agente público subtrai elementos, ameaça testemunhas, cria situações embaraçosas para a chefia ou tumultua a instituição à qual ele está lotado.” (MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. O Limite da Improbidade Administrativa: o direito dos administrados dentro da Lei nº 8429/92. 2ª ed. rev, atual e ampli. Editora América Jurídica: Rio de Janeiro, 2005. p. 680).

Assim, a medida em análise não pode ser fundamentada somente na garantia de evitar que fatos idênticos venham ocorrer, mas sim na necessidade de termos uma instrução processual sem prejuízos para o interesse público.

Este é o entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

***"PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MEDIDA LIMINAR. AFASTAMENTO DO CARGO DE VEREADOR. LESÃO À ORDEM PÚBLICA. A norma do art. 20, parágrafo único, da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê o afastamento cautelar do agente público durante a apuração dos atos de improbidade administrativa, só pode ser aplicada se presente o respectivo pressuposto, qual seja, a existência de risco à instrução processual.***


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,  
 São Carlos-SP - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*Hipótese em que a medida foi fundamentada em elementos concretos a evidenciar que a permanência no cargo representa risco efetivo à instrução processual. Agravo regimental não provido". (AgRg na SLS 1.500/MG, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, CORTE ESPECIAL, julgado em 24/05/2012, DJe 06/06/2012) (grifei).*

*"AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE LIMINAR. PEDIDO DE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DE PREFEITO. INVESTIGAÇÃO POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDÍCIOS DE MALVERSAÇÃO DO DINHEIRO PÚBLICO. GARANTIA AO BOM ANDAMENTO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. LESÃO À ORDEM PÚBLICA. – Visualiza-se, no caso, risco de grave lesão à ordem pública, consubstanciada na manutenção, no cargo, de agente político sob investigação por atos de improbidade administrativa, perfazendo um total de 20 ações ajuizadas até o momento, nas quais existem indícios de esquema de fraudes em licitações, apropriação de bens e desvio de verbas públicas. – O afastamento do agente de suas funções, nos termos do art. 20, parágrafo único, da Lei n. 8.429/1992, objetiva garantir o bom andamento da instrução processual na apuração das irregularidades apontadas, interesse de toda a coletividade. - Homologada desistência requerida pelo 1º agravante (Município de Jaguariaíva. Agravo não provido". (STJ - AgRg na SLS: 467 PR 2007/0084255-8, Relator: Ministro BARROS MONTEIRO, Data de Julgamento: 07/11/2007, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJ 10/12/2007 p. 253).*

Pois bem. No caso em questão, os documentos e elementos informativos trazidos com a inicial revelam, com certa dose de probabilidade, que os fatos narrados pelo Ministério Público podem ter ocorrido.

Existem fortes indícios nos autos, colhidos das peças reunidas no Inquérito Civil, da prática de atos de improbidade administrativa pelos requeridos, decorrentes de ofensa aos princípios regentes da Administração Pública, e de condutas dolosas que podem ter causado prejuízo ao Erário.

Conforme se observa da documentação que acompanha a inicial, existem outros inquéritos civis na Promotoria de Justiça de São Carlos (IC nº 14.0714.0001606/2020; nº 14.0714.0001647/2020; nº 14.0714.0001648/2020; nº 14.0714.0001673/2020; nº 14.0714.0001439/2020; nº 14.0714.0001736/2020) nos quais


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,  
 São Carlos-SP - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

são investigadas diversas irregularidades em processos de contratação pública direta, sem licitação, na PROHAB, com pagamento mediante cheque e não depósito em conta, estando em trâmite outras ações civis públicas por ato de improbidade administrativa, envolvendo os requeridos Júlio César Alves Ferreira e Nivaldo Sebastião Martins (Processo n.ºs 1009803-43.2020.8.26.0566, 1009805-13.2020.8.26.0566, 1009818-12.2020.8.26.0566, 1009816-42.2020.8.26.0566, 1009809-50.2020.8.26.0566 e 1009811-20.2020.8.26.0566).

Vários funcionários da PROHAB, nos autos do IP n.º 2165571-24.2020.100500, prestaram depoimentos e indicaram a ocorrência de um modo de agir, na produção de documentos de conteúdo ideologicamente falso, dentro dos processos de compras públicas sem licitação do órgão, com a prática indevida de atos de ofício, em benefício próprio ou de terceiros.

Nádia Fontes, arquiteta da sociedade de economia em questão, afirmou perante a autoridade policial *"que já sofreu assédio moral por parte do senhor Júlio César, no ano de 2012, quando ele era Diretor da PROHAB e tal fato se repetiu entre os anos de 2017 e 2019 de maneira intensa; QUE, da mesma forma Júlio Cesar também se comportava assediando moralmente outros funcionários. (...)".* (fl. 402).

A assistente administrativo e encarregada de compras na PROHAB de São Carlos, Larissa Marcelle Hyppólito, declarou que *"observou que em alguns processos foram juntados orçamentos idênticos envolvendo três empresas, pois o modelo utilizado é o mesmo", esclareceu que "não juntou esses orçamentos no processo, ou seja, já vieram anexados, sendo que a depoente esclarece que esses processos antes de chegarem as suas mãos são oriundos da diretoria" (...)* Afirmou que, *"o Presidente da PROHAB, senhor Júlio César tem o hábito de alterar com os funcionários subalternos, chegando a gritar com alguns funcionários, ameaça funcionários de demissão se não fizerem o que ele manda, ameaça tirar as funções gratificadas, diz que a PROHAB é uma empresa privada e não pública, e mesmo com a depoente Júlio César se alterou algumas vezes".* (fl. 406)

Já a advogada da PROHAB, Andrea Pereira Honda de Moraes, relatou à Autoridade Policial que *"com referencia ao Processo 126/2020, cujo objeto é a constatação de empresa para serviços de engenharia elétrica para substituição o cabeamento furtado do ginásio poliesportivo José Favoreto, a depoente quando foi analisar*




**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,  
 São Carlos-SP - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*esse processo para emitir seu parecer, verificou que na verdade não ocorreu furto do cabeamento, pois o RO (Relatório de Ocorrência) da Guarda Municipal sobre o eventual furto, informava nas fls. 10 que nada havia sido subtraído do ginásio após averiguação feita pelos guardas". Afirmou que "vem sofrendo assédio moral por parte do presidente da PROHAB, senhor Júlio César Alves Ferreira, pois Júlio César exige da depoente a adoção de providências para "dar aparência de contratações lícitas, em situações que não se justificariam", como nesse caso, pois a depoente em seu parecer deixou claro que em plena pandemia de COVID 19, o gasto de verba pública para reposição de cabeamento elétrico não se justificaria (...)"*; relatou, ainda, *"que quando apresentou seu parecer, sofreu pressão psicológica, quase um terrorismo para que alterasse seu parecer, retirando o trecho que tratava da ponderação sobre a contratação durante a pandemia". Afirmou, ainda, "que no dia 14.07.2020, ocorreu uma reunião do Conselho de Administração PROHAB, cuja pauta era aprovação de contas do ano de 2019, sendo que chegou ao conhecimento da depoente, que o presidente do Conselho Juliano Cardinalli se recusou a assinar as atas, porque chegou ao conhecimento dele irregularidades dos processos administrativos de 2019, e a partir desse ponto a depoente passou a sofrer perseguições por parte de Júlio César porque nessa reunião do conselho a depoente foi chamada e se manifestou no sentido de se colocar na ata irregularidades apontadas, que ao final foram efetivamente inseridas na ata e encaminhado cópia ao Tribunal de Contas, ao Gabinete do Prefeito e Câmara Municipal, e então a depoente passou a ser, como já disse, perseguida, chegou ao seu conhecimento ameaças feitas por Júlio César que teria dito a algumas pessoas que "tem gente dentro da PROHAB que merece levar tiro"*; (fls. 409/412)

Doralice Alves de Araújo, assistente administrativo da PROHAB, informou que *"auxilia na montagem dos processos visando a contratação de empresas para prestação de serviços e fornecimentos de matérias para a PROHAB, sendo seu superior imediato o Diretor de Projetos, senhor Nivaldo, QUE, a depoente informa que por vezes chegam ordem de serviços que chegam do setor administrativo, que é o responsável pela formalização dos contratos de prestação de serviços, e essas ordens de serviços são referente à obras já realizadas, o que causava estranheza à depoente; QUE, em relação ao registro de ocorrência da Guarda Municipal de São Carlos, que teria sido substituído no*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,  
 São Carlos-SP - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*Processo 126/20, que visava a instalação de cabeamentos furtado no ginásio José Favoreto, informa a depoente que montou o referido processo e que com ele já montado, seu chefe senhor Nivaldo Sebastião Martins, determinou à depoente que substituísse o documento de fls. 07 (do processo administrativo) que se refere a um registro de ocorrência de natureza que consta dano ao patrimônio no ginásio José Favoreto, não constatando-se nenhum furto, sendo que a depoente rubricou esse documento; QUE, então substituiu as fls. 07 e 10 (do processo administrativo), mantendo as fls. 08 e 09, pois na folha 10 constava o histórico do RO, constando que nada havia sido subtraído e o novo documento indicava que havia ocorrido um furto, com data diferente; QUE, questionou o senhor Nivaldo o porque dessa substituição, pois em um documento constava furto e em outro não, ele disse que "eram ordens superiores"; QUE, a depoente esclarece que percebe que outros funcionários da PROHAB sofrem assédio moral do presidente Júlio César Alves Ferreira, que as vezes chega no setor alterado, falando alto, gritando e exigindo que se façam procedimentos da forma como ele quer". (fls. 398).*

A documentação que acompanha a inicial evidencia a necessidade de afastamento temporário dos requeridos de suas funções, objetivando impedir a ocorrência de prejuízos para a instrução processual, pela possibilidade de novas práticas de assédio moral, com intimidação de potenciais testemunhas, pelo requerido Júlio César, assim como evitar risco de grave lesão à ordem pública, mediante a possibilidade de reiteração de atos de improbidade administrativa pelos requeridos, com ofensa aos princípios regentes da Administração Pública, que podem causar prejuízo ao Erário.

Segundo consta (fl. 23), o requerido Nivaldo Sebastião Martins é concursado como jardineiro da Prefeitura Municipal de São Carlos, cedido à PROHAB para o cargo de Diretor de Projetos, sendo o responsável pela realização de projetos, memoriais descritivos, planilhas de preços e vistorias.

Ante o exposto, defiro, a tutela provisória de urgência, para determinar o AFASTAMENTO, de imediato, até a sentença de mérito, dos requeridos Júlio César Alves Ferreira e Nivaldo Sebastião Martins, dos cargos comissionados de Diretor-Presidente e Diretor de Obras e Projetos, da Progresso e Habitação São Carlos (PROHAB), sem direito ao recebimento de qualquer remuneração, relativa aos referidos cargos, em vista da

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DA FAZENDA PÚBLICA**Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,  
São Carlos-SP - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ausência de contraprestação de serviços, sob pena de multa pessoal diária, aos requeridos, de R\$ 10.000,00, em caso de descumprimento desta decisão, devendo o requerido Nivaldo retornar à sua função de jardineiro concursado, na Prefeitura Municipal, com o salário correlato.

Nos termos do art. 17, §7º da Lei 8.429/92, determino a notificação dos requeridos para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, no prazo de 15 dias. Após voltem os autos conclusos para deliberação quanto ao recebimento da exordial.

Determino a notificação da PROHAB e do Município de São Carlos, para tomarem conhecimento da ação, podendo, no prazo de 15 dias, intervir na lide, nos termos do art. 17, § 3º da Lei de Improbidade Administrativa.

Intime(m)-se.

São Carlos, 23 de novembro de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**